

O projeto de requalificação urbana “Novo Rio Vermelho” e seus efeitos sobre a sociabilidade local e os usos dos espaços públicos.

Malafaia Coelho Dena Denairan.

Cita:

Malafaia Coelho Dena Denairan (2019). *O projeto de requalificação urbana “Novo Rio Vermelho” e seus efeitos sobre a sociabilidade local e os usos dos espaços públicos*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/182>



O projeto de requalificação urbana “Novo Rio Vermelho” e seus efeitos sobre a sociabilidade local e os usos dos espaços públicos

Malafaia Coelho Dena Denairan

Resumo

Esta pesquisa pretende analisar os usos dos espaços públicos no bairro do Rio Vermelho em Salvador após os processos de ressignificação dos espaços levados a cabo no bairro após as obras de requalificação urbana, assim como seus usos e suas implicações nas sociabilidades e no contexto local. Deste modo sendo possível entender os distintos usos desses espaços como espaços públicos, suas vivências e sociabilidades locais. Esta questão possibilita a discussão sobre os papéis desses espaços na cidade, além das suas atribuições sociais, culturais e econômicas. Sendo assim o bairro do Rio Vermelho denota um importante objeto empírico sobre o tema, já que desde sua formação se desenvolveu sob forte influência do processo de urbanização da cidade de Salvador. Dito isso, o objetivo central da pesquisa é analisar os usos dos espaços públicos que foram requalificados no bairro do Rio Vermelho e como essas obras de revitalização interferiram sobre os usos desses espaços e sobre a sociabilidade dos seus frequentadores. Através de uma análise sobre as alterações urbanísticas do Rio Vermelho e seus processos de transformação a partir das obras de requalificação colocadas em prática pela Prefeitura Municipal de Salvador a partir de 2016, assim como pela Identificação das distintas relações sociais dos indivíduos frequentadores ou residentes do Rio Vermelho com bairros espaços requalificados e por fim pela compreensão como essas intervenções urbanas impactam a vida do bairro e as relações de sociabilidade existentes no local.

Palavras chave

Espaços públicos, ressignificação, requalificação urbana.

Introdução

Cidade modernas são palcos de diversos modos de viver e se relacionar com o meio, as cidades contemporâneas também se configuram como lócus de produção, consumo, nos conflitos, nas sociabilidades locais e gestões públicas. As intervenções urbanas de reformas e requalificações e seus impactos na cidade são um tema importante dentro do debate da sociologia urbana, levando em conta que a cidade se configura como fator



importante dentro do contexto relacional social, político cultural e econômico para as pessoas.

As cidades contemporâneas emergem como fruto de transformações estruturais no que diz respeito ao desenvolvimento urbano das grandes cidades como aumento do fluxo migratório e diversificação das relações sociais e de trabalho, como consequência houve mudanças na forma de relação entre o lugar e seus habitantes. As contribuições sobre os estudos de sociabilidade e cidade no contexto da modernidade de Simmel afirmam importantes prerrogativas sobre o comportamento do cidadão, dentre elas a relação desenvolvida do distanciamento, estranhamento, impessoalidade (comportamento blasé). (Frugoli, 2007). A sociabilidade no contexto moderno se dá como uma forma de construir relações sociais entre pessoas sem vínculos, sem interesse ou objetivos, a sociabilidade teria como finalidade a própria interação.

Segundo alguns debates dentro da sociologia urbana essa relação da sociabilidade com a interação, pautando nas interações entre diferentes deveriam refletir o modos operandi da vida nas cidades, colaborando para uma perspectiva de cidades plurais e de respeito às diferenças. Seguindo essa mesma lógica observamos no debate teórico sobre o papel do espaço público no sentido político e diversificado.

Na perspectiva sociológica existem teóricos que dialogam sob a perspectiva que as cidades forma construídas como espaços livres quando comparadas ao sistema feudal fechado. A partir do seu desenvolvimento essas cidades passaram a serem centros burgueses lugar no qual era possível ter experiências heterogêneas e de liberdade. As cidades e seus espaços públicos exerciam bem seu papel de público, ou seja, lugar que incorporam as diferenças, significando uma multiplicidade de experiências com o local em questão. Pelo grande descompasso entre o que seria o ideal de espaço público e o que se vê na prática surge no debate teórico autores que defendem a morte do espaço público, nesse sentido idealizado de um lugar para todos, já que o que se observa na contemporaneidade é um espaço público com traços nitidamente privados. O conceito de espaço público, que englobava o sentido político conciliativo das diferenças, dentro de um espaço ativamente politizado, se transforma em uma esfera híbrida entre o público e privado esvaziado do sentido político. A era moderna é responsável por transformar a esfera pública, na qual a política consolidada pelo Estado-Nação. Além disso, o conceito de espaço público agregava um valor coletivo, que foi modificado a partir do desenvolvimento da sociedade com moldes individualistas, que se estabelecem através de modos de vida distintos. (Arendt, 2000 apud Serpa, 2013).



Dentro do debate acerca do espaço público que pretendo engendrar nesse presente trabalho, o papel do Estado se sobressai como um fator determinante na discussão. O poder público é importante nesse debate por ter o poder regulatório e decisório, portanto por ter o poder de responsabilidade direto com o que acontece na cidade, conseqüentemente essa responsabilidade também é atribuída ao cenário de segregação que existe nas cidades brasileiras, desde sua formação até as problemáticas mais recentes. (Marques, 2005). Assim como as cidades, o poder público transformou sua lógica de funcionamento diante das grandes transformações econômicas. Essas mudanças são frutos principalmente do desenvolvimento da globalização, consolidação do neoliberalismo que influenciaram o “modo operandi” das grandes cidades. Pelo fato do Estado ser detentor do poder legal sob o território faz com que ele seja um ator fundamental na equação da valorização de terra, investindo nelas ou não. O respaldo da lei também infere poder de ação ao governo a partir de políticas públicas programas de intervenção urbana, ou projetos de habitação. (Marques, 2005).

Nesse sentido, é importante ressaltar como a trajetória que as cidades percorreram nesses últimos séculos a transformaram estruturalmente e por consequência toda a relação e interação desses cidadãos com o meio que vivem e em relação as pessoas com quem dividem esse meio. A questão da sociabilidade e do espaço público e das gestões públicas atuais é fundamental para entender o contexto geral, no qual as transformações urbanas mais recentes se desenvolveram e como elas estão inseridas dentro de uma lógica de modelos de cidades atuais. Diante disso, observar fenômenos urbanos como privatizações de espaços demonstra uma tendência das grandes cidades e seus empreendimentos seguem essa lógica e um desses empreendimentos é que será discutido e analisado nesse trabalho, assim como as sociabilidades existentes nesse contexto.

Fundamentação

A sociologia surge em um contexto de desenvolvimento da industrialização e seus inúmeros impactos sociais do século 19. Entre as principais mudanças sociais ocorridas nesse período observamos o deslocamento de uma população rural para as cidades recém-industrializadas, conseqüentemente o que se constata é uma complexificação das relações sociais frutos do aumento populacional e das novas relações de trabalho. Diante dessa nova massa urbana nasce a necessidade de entender e classificar tal processo, desta forma uma nova ciência surge para buscar desempenhar esse papel.



As Ciências Sociais nascem dentro de um contexto de debate que se propunha a questionar e se aprofundar nas distintas transformações sociais, que foram responsáveis por profundas cisões a instituições tradicionais da sociedade. Entre essas mudanças podemos elencar o grande desenvolvimento do processo de urbanização, modificação da classe dominante existente, ruína do sistema feudal para uma consolidação dos Estados nação e desenvolvimento do capitalismo. Dentro das temáticas de estudos urbanos as cidades são abordadas no debate teórico por distintas perspectivas.

O processo de urbanização se estendeu a partir do processo de Revolução industrial, no qual foi responsável por reunir uma nova classe produtora e consumidora e de trabalhadores de fábricas em um mesmo ambiente urbano, ou seja, uma sociedade heterogênea. Nos dias atuais podemos observar que as cidades foram redesenhadas e amplamente conectadas e organizadas para efetuar trocas sociais, econômicas e culturais entre si. Os agentes dessa equação também se desenvolveram, assim as cidades hoje são reduto do poder de organização da população, que interfere na escolha de função e produção das atividades econômicas desenvolvidas, e também, quanto às ações do poder públicos referentes à sociedade em esferas nacionais e internacionais.

A sociedade moderna trouxe consigo uma estruturação social conduzida pelo capitalismo, industrialização e formação do Estado Nação, inicialmente europeu, que se estendeu pelo mundo. Deste modo, a modernização se caracteriza por avanços científicos, tecnológicos, rupturas com a tradição, em distintas dimensões como política, arte, educação etc. O ambiente urbano e social, nesse contexto, passa a ser influenciado por essas variáveis, nessa medida podemos entender as cidades como lócus de um processo dialético de processos individuais, coletivos e interacionais, condicionado a múltiplas visões de mundo capazes de desenvolver e construir o meio. Dentro desse cenário é possível notar que os espaços urbanos são resultados de um processo histórico, social, político e econômico, ao mesmo tempo em que são capazes de capazes de construir ou consolidar padrões na sociedade.

Nos primórdios a relação do homem com o meio era de sobrevivência, em busca de alimento e moradia e por intermédio da transformação do meio para o suprimento básico dessas demandas. No contexto da modernidade esta relação remete ao estado de acomodação e desenvolvimento cultural dentro da sociedade, evidenciando que diante desse contexto de realidade percebida do meio, o homem pode ser considerado agente integrante e construtor desse meio, expondo nesse sentido um processo de



racionalização do uso do espaço. Esse uso racionalizado do espaço supõe uma transposição da relação do homem x espaço para além das necessidades básicas. A relação do indivíduos, grupos com a cidade passou a perpassar áreas como trabalho, moradia, segurança, dinheiro acarretando uma complexa relação, influenciando diretamente nos modos de lidar com os espaços das cidades e as diversas experiências neles vividos. Muitos dos debates dentro da sociologia urbana abordam acerca das relações de sociabilidade ou relação simbólica de grupos ou pessoas a lugares, evidenciando a importância e o poder influenciador dessa interação. (Pereira, 2001)

A modernidade transformou a economia, a sociedade, a cultura e conseqüentemente as cidades. O indivíduo das grandes cidades perde o sentido de comunidade à medida que passa a conviver com um número maior de pessoas, esse indivíduo passa a circular e dividir o espaço com outros indivíduos sem envolvimento pessoal. Além do distanciamento, as relações pessoais são permeadas por indiferença e desconfiança, o que contribui para uma conduta da autopreservação. (Andrade e Baptista, 2013). Uma das transformações no hábito urbano contemporâneo manifesta-se a partir da crescente demanda pela segurança pública, que interfere diretamente na lógica da interação social, além de ser usada amplamente como justificativa de diversas intervenções urbanas por parte do Estado. No sentido de que introduz no imaginário social a lógica do espaço privado como um local mais seguro, mais limpo e mais selecionado e um dos desdobramentos dessa nova cultura da privatização é a ascendente demanda para espaços de convívio social que sigam a lógica dos espaços privados.

Acompanhando as tendências sociais, culturais e econômicas nota-se que as formas de apropriação desses lugares também mudaram. As práticas da privatização dos espaços corroboraram para a seleção e distinção de determinados ambientes a partir daquele que o consome. A privatização surge como fruto da exploração desses espaços pelo capital econômico e cultural, que trazem para os espaços uma dimensão mercadológica. “É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas dividido entre diferentes grupos e agentes” (Serpa, 2013. P.69).

Devido ao esvaziamento do sentido político desses espaços, os frequentadores que exercem poder nesses locais não questionam quanto ao tom segregacionista explicitamente ou implicitamente que é verificado no local, já que a preocupação desse consumidor é que o espaço, em questão, atenda suas expectativas mais imediatas ou que seja compatível com seu estilo de vida. Essa postura transforma os cidadãos em



segregadores e autosegregadores que se recolhem e se protegem dentro do seu nicho econômico, cultural e simbólico. Diante disso, podemos observar que as disputas ou conflitos são produtos diretos desses contextos urbanos, portanto o fenômeno da segregação e da desigualdade são consequências de uma disputa do espaço desigual. Assim os espaços públicos evidenciam um tipo de relação que é construída nesses locais pelo e para o indivíduo e diante do outro, a sociedade.

A partir do momento que o poder público favorece ou estimula o desenvolvimento de uma área em relação à outra há a criação de disparidades locais, as quais já são acentuadas pelo histórico de ausência de planejamento urbano e falta de infraestrutura dos bairros mais pobres da cidade, impedindo de romper as barreiras implícitas de acesso aos espaços públicos na cidade. Os espaços públicos nesses contextos evidenciam experiências e práticas que vão de encontro ao modelo de cidade fruto da ordem econômica globalizada que se demonstra incompatível com necessidades e cotidiano das pessoas.

A intervenção que esse espaço público sofre esclarece uma dimensão fundamental deste processo dos usos dos espaços e sua relação com o capital. Por seguinte é fundamental para a pesquisa analisar essa relação, já que o espaço é considerado como parte fundamental do processo produtivo do capitalismo. O capital necessita da dimensão do espaço/tempo para tomar suas devidas formas, trabalhando sempre partindo das esferas da materialidade e do constructo social. A produção do espaço, portanto resulta da dominação política, acumulação do capital e da realização da vida urbana (Gusmão, 2017). As cidades passam a ser local de consumo, já que há uma necessidade do capital ser representado espacialmente. E muitos dos processos de revitalização urbana seguem essa lógica relacional com o capital. As mudanças consistem também na postura dos indivíduos em relação aos espaços públicos e na desocupação desses espaços incentivados por práticas de isolamento ou privatização dos mesmos (Arantes, 2011).

Analisar essas intervenções requer o destrinchamento de algumas nomenclaturas próprias deste processo, como por exemplo; renovação, revitalização e requalificação. A principal diferença entre os termos está nos seus respectivos contextos, assim como o grau de intervenção, a função exercida no local, etc. O termo “renovação” surge na década de 50, no período pós-guerra e consistem em intervenções que visam à reconstrução do local, assim recursos como demolição era requisitado. “Revitalização” oriunda da década de 60 tinha como objetivo evitar a degradação de áreas antigas



ocasionando muitas vezes o deslocamento dos moradores tradicionais do local. O termo “requalificação”, por sua vez, vem da década de 70 pretende transpor a esfera do habitar, pois promove à recuperação de equipamentos públicos dinamizando o espaço e sua relação com os indivíduos. (Bonfim, 2017).

Os processos de intervenção urbana são pautados sob a justificativa de introdução de novos aparelhos públicos, novas estéticas urbanas, também como promessas de dinamismo econômico local entre outros, porém devido a sua vinculação com a iniciativa privada, muitos desses projetos revelam tendências ao incentivo da privatização dos espaços. É possível classificar muitos desses casos como processo de gentrificação. Que ocorrem na maioria das vezes em espaços desvalorizados, quando há uma transformação na estrutura sócio econômica dos espaços com o intuito de fortalecer o capital em detrimento das necessidades daqueles que moram, trabalham ou passam pelo local.

A revitalização do bairro do Rio Vermelho começou em 2016, o bairro corresponde a 12° etapa do projeto de revitalização denominado “Nova Orla” que tem como objetivo requalificar parte da faixa litorânea da capital baiana. No Rio Vermelho a obra corresponde à região da Praia da Paciência até à Fonte do boi. O projeto custou cerca de 44 milhões e correspondeu uma área de 52,5 mil metros quadrado, ocorreu algumas modificações na dinâmica de circulação do bairro, como por exemplo, a retirada dos vendedores ambulantes, transformação da estrutura pós-privatização do Mercado do Peixe etc., essas mudanças do “novo Rio Vermelho”, demonstra o recorte e o direcionamento dessas intervenções. A revitalização traz tons de incentivo à privatização e uma utilização direcionada e unilateral do aparelho do Estado, por esse motivo a pesquisa elegeu o Rio Vermelho como recorte empírico de uma pesquisa que pretende problematizar os usos dos espaços públicos e suas implicações nas sociabilidades e contexto local. A região do Rio Vermelho passou a receber investimentos privados, principalmente nos setores imobiliário, comercial e lazer, transformando-o em um lugar plural e complexo. O status cultural do bairro também pode ser considerado algo resultante de inúmeras transformações, na década de 60 o bairro passou ser residência de muitos artistas e incentivo às práticas culturais a partir do crescimento de empreendimentos culturais como teatros, bares etc. , antes disso já foi palco de manifestações religiosas na época do colonialismo com as manifestações de louvor da Paróquias de São Gonçalo e posteriormente no século 20, com os festejos religiosos do Candomblé em homenagem à Iemanjá. (Santos, 2013)



Dito isso, conseguimos observar que o bairro do Rio Vermelho desde muito cedo sofreu processos de apropriação, resultando nas privatizações, processos de verticalização, sucessivos processos de enobrecimento, tornando-se um cenário de contraste em relação a alguns bairros vizinhos como Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas etc., que absorvia a classe trabalhadora que labutavam nessas regiões da Barra e o Rio Vermelho.

A prioridade da análise consiste em saber se o projeto de requalificação pode ter afetado os usos dos espaços públicos e as sociabilidades existentes. Já que o local tem relevância desde a época do colonialismo, pois sua localização possibilitou que o local se adaptasse a várias funcionalidades no decorrer dos séculos. A escolha do recorte empírico também é importante, já que se trata de um local com forte apelo ao consumo, respaldado pela expressiva herança cultural, como também palco de manifestações culturais e religiosas, além de ser um pólo turístico. Essas dimensões apontadas como características do bairro se relacionam com a problemática teórica trazida da pesquisa, pois elas são influenciadas diretamente nas questões de concepção de cidade, usos dos espaços públicos e como os projetos de intervenção urbana interferem na dinâmica local.

Resultados e discussões

No nosso entendimento, as questões urbanas são cruciais para a compreensão da realidade social, uma vez que as relações sociais se dão no espaço e seu entendimento permite a compreensão das questões. O presente trabalho presente se voltar para essas dinâmicas de disputas que correm nos espaços públicos da cidade, que recebem os projetos de revitalização e requalificação urbana, problemática da pesquisa. Sendo assim, o debate sobre a utilização do espaço público perpassa pelo debate sociológico acerca da evolução desse conceito e da construção social desse tema dentro dos estudos urbanos. No Brasil podemos caracterizar esse desenvolvimento urbano como fruto de um histórico estrutural de segregação social, crescimento urbano desordenado, falta de políticas públicas de fato eficientes para os problemas urbanos, além das desiguais formas de apropriação de terra e o acesso desigual aos espaços nas cidades. Analisar o processo de urbanização das cidades brasileiras é importante, por entender que esse processo é estruturante, pois a maioria das grandes cidades passaram por dinâmicas semelhantes resultantes de um cenário de má distribuição de terras, déficits habitacionais e segregação espacial. A cidade de Salvador, como boa parte das metrópoles brasileiras tem em seu histórico de desenvolvimento urbano os fatores



citados acima. A cidade foi fruto de distintos processos de ocupação, como por exemplo, políticas de habitação através dos conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos, ocupações ilegais etc. (Costa, 2017). Desta forma a compreensão das dinâmicas desses espaços depende do contexto em que esta se insere, assim como se desenvolveu nos aspectos sociais, econômica e políticos. Uma das esferas de análise a ser utilizada nesta pesquisa prioriza a problematização da utilização ou transformação desses espaços a partir de projetos de intervenção urbana. Por assim entender que tais intervenções podem evidenciar as possibilidades de uma postura política e socioeconômica dessas ações que podem produzir ou não segregação espacial.

A sociologia traz uma abordagem plural sobre o tema, justamente pelo caráter multidisciplinar do mesmo. Alguns desses debates tratam dos impactos que esses tipos de intervenções urbanas influem na dinâmica social, como por exemplo, a transformações de alguns serviços ou o impacto na população residente assim como seu público consumidor. Alguns autores também abordam como essas ações interferem ou escondem processos de gentrificação, já que algumas delas agem como meio de afastar ou selecionar determinados públicos. Sendo responsável assim, pela reiteração do quadro de desigualdade social já bastante inerente ao processo urbano. Cabe à pesquisa trazer essa problematização sobre o incentivo ou não das obras de requalificação do “Novo Rio Vermelho” ao contexto de segregação espacial da cidade ou se dispõe de mecanismo que as classificam como um avanço em detrimento a concepção de acesso à cidade.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa será necessário a esquematização do processo de metodológico em etapas. Na primeira parte deste processo de construção de coleta de dados será necessária uma caracterização do projeto, partindo de uma base documental sobre questões mais objetivas da requalificação, como por exemplo, suas diretrizes, aplicabilidade, dimensões, respaldos legais etc.

Também como componente deste primeiro contato com o objeto empírico será feito através da observação direta, refletindo em uma etapa exploratória do campo. A etapa seguinte compreende na análise da dinâmica do bairro e das suas relações de sociabilidade. Incluir o aspecto subjetivo à análise dos dados observáveis na pesquisa permite o pesquisador alcançar dimensões como práticas, falas, comportamentos, que uma abordagem puramente quantitativa possivelmente não alcançaria.



A observação consiste nos usos dos espaços públicos que foram revitalizados e sociabilidade local dos frequentadores, a partir dos espaços já revitalizados e seus efeitos na sociabilidade de moradores, consumidores, trabalhadores e frequentadores do bairro. O recorte acerca do tipo de frequentadores que serão observados na pesquisa vai depender do campo exploratório, tendo em vista que existem vários tipos de sociabilidades no local. A maneira pela qual é possível se observar os tipos de sociabilidade existentes no local pode levar em consideração o território pelo qual ocorrem os tipos de interação ou atividades, sendo assim necessário fazer um mapeamento dos tipos de sociabilidades, seus atores, suas atividades e os locais em que as fazem. Também é possível fazer esse exercício metodológico através do critério de impacto que a requalificação teve no sentido mais direto da atividade vinculada ao local, como pesca, encontros, comércio, lazer ou trabalho em geral, etc.

Esses dados serão reunidos por diferentes ferramentas de coletas de dados, como por exemplo; observação direta e participante, utilização de diários de campo com o intento de aprofundar minhas observações através das experiências do campo, posteriormente a pesquisa pretende coletar os dados via entrevista semiestruturada, direcionado à análise para uma abordagem qualitativa do material, por assim entender que o estudo de um fenômeno local precisa atingir esferas mais subjetivas e interpretativas dos entrevistados. A quantidade de entrevistas será decidida após o campo exploratório da pesquisa. Enfim, posteriormente às devidas coletas e análises, já como corpo final da dissertação, à divulgação será concebida através de eventos acadêmicos e futuras publicações.

Conclusão

Essa análise permite a pesquisa introduzir e destrinchar sobre o espaço urbano e seu acesso evidenciando assim sua herança das transformações passadas e das dinâmicas atuais. A prioridade da análise consiste em saber se o projeto de requalificação pode ter afetado os usos dos espaços públicos e as sociabilidades existentes. Já que o local tem relevância desde a época do colonialismo, pois sua localização possibilitou que o local se adaptasse a várias funcionalidades no decorrer dos séculos. A escolha do recorte empírico também é importante, já que se trata de um local com forte apelo ao consumo, respaldado pela expressiva herança cultural, como também palco de manifestações culturais e religiosas, além de ser um pólo turístico. Essas dimensões apontadas como características do bairro se relacionam com a problemática teórica trazida da pesquisa, pois elas são influenciadas diretamente nas questões de



concepção de cidade, usos dos espaços públicos e como os projetos de intervenção urbana interferem na dinâmica local.

Referências

Andrade, Luciana Teixeira de Baptista, Luís Vicente. Espaços públicos interações, apropriações e conflitos. In: XXIX Congresso Latino- Americano De Sociologia, 2013, Santiago do Chile.

Arantes, Rafael de A. Fugindo dos "males" da Cidade: Os Condomínios Fechados na Grande Salvador. 2011. (mestrado em ciências sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador. Or, 2007.

Bomfim, Helder. F. As tramas da cidade: o projeto nova orla de Salvador no bairro da Barra. 2017.

Costa. Emilly. M. Casa Legal. Estudo de caso sobre o Programa de regularização fundiária em Salvador-BA. 2017. Dissertação (mestrado em ciências sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/121837>>. Doi: 10.11606/issn.2179-0892. geousp.2017.121837.

Frúgoli JR., Heitor. Sociabilidade urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit

Gusmão, R. Requalificação pela desqualificação: o discurso da reurbanização no "novo" Rio Vermelho. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 531-549, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

Marques, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza e da ação do Estado. IN: Marques, Eduardo; Torres, Haroldo (orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

Pereira, Luís Antônio da Costa. A cidade e a modernidade. Presença Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Nov. N°. Volume V. 2001.

Santos, J. T. Produção e consumo cultural no bairro do Rio Vermelho. Salvador, 2013. Dissertação (pós-doutorado em cultura e sociedade) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Serpa, Angelo. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. Cidades, vol. 10, n. 17, 2013.

Simmel, Georg. A metrópole e a vida mental. IN: Velho, Otavio Guilherme. O Fenômeno Urbano. 4° Ed, p. 11-25. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.